

*RECEBIMENTO DO PMA  
28 10/10/05  
27 10/10/05*



*À Divisão de Assistência ao Plenário  
EN 27 10 / 2005  
Assistência ao Plenário*

**ESTADO DA PARAÍBA**

**Mensagem nº 042**

**João Pessoa, 26 de outubro de 2005**

**MEDIDA PROVISÓRIA N: 17/2005**

Senhor Presidente,

Ratificando o compromisso do Governo do Estado com a economia da Paraíba e reafirmando o pacto com o fortalecimento do Estado, encaminho à Casa de Epitácio Pessoa, para deliberação do Poder Legislativo, a anexa Medida Provisória, que Autoriza empresas a se instalar nos Distritos Industriais da Paraíba e dá outras providências.

Foram criados Distritos Industriais no Estado da Paraíba, visando à geração de emprego e renda e à promoção do desenvolvimento estadual. Para esse fim, várias áreas foram desapropriadas, com base no interesse público, objetivando a instalação de indústrias e afins, de forma a viabilizar a efetiva formação dos Distritos Industriais.

Atividades afins, não necessariamente industriais, desenvolvidas por empresas, devem ser admitidas nas áreas onde estão instalados os Distritos Industriais, com o escopo de incrementar a economia e atrair mais investimentos, fortalecendo, destarte, a economia do Estado.

*(P)*

A Sua Excelência o Senhor  
**RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA**  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba  
João Pessoa – PB



## ANALYSIS AND OUTLINE

## **Senior Presidencies**

descrições com base no interesse público, obtidas em instâncias de competência, que sejam o resultado de uma discussão entre as partes interessadas.

Este é o resultado da nossa estratégia de crescimento, que é focada em fornecer soluções inovadoras e personalizadas para os nossos clientes. Estamos sempre buscando maneiras de melhorar a eficiência operacional e a satisfação do cliente.

**EDUCAÇÃO** - **PI**



## ESTADO DA PARAÍBA



A flexibilização é relevante e deve ser promovida com urgência, através da anexa Medida Provisória, a fim de, no menor espaço de tempo, serem adotadas ações de ampliação dos negócios e atração de empresas, no âmbito dos Distritos Industriais.

Com a Medida Provisória ora encaminhada, fica ainda autorizada a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP a anuir com relação à instalação e ao funcionamento de empresas ou à exploração de atividades não industriais e afins, no âmbito dos Distritos Industriais, com estrita observância do disposto na legislação vigente.

São essas, pois, as razões que me fazem trazer à consideração de Vossa Excelência e de seus pares a Medida Provisória em apreço, que, haja vista o caráter de extrema relevância e urgência, tramita de acordo com o art. 63, § 3º da Constituição do Estado.

Atenciosamente,



CÁSSIO CUNHA LIMA  
Governador

## ESTADO DA PARÁ

A Constituição é o resultado da luta da burguesia.

burguesia uniu-se à classe Média Paraense a fim de, no menor esforço, conquistar o governo das Direções Industriais.

Com a vitória burguesa, o governo

soltou-lhe a Comissão Industrial do Estado da Paraíba - CINEP, que com efeito é a representação da burguesia no governo.

explosão de atividades não industriais no Império das Direções Industriais, que é a principal causa da crise econômica.

Só assim, pode-se dizer, que o governo burguesa é o de classe média industrial.

que o governo burguesa é o de classe média industrial.

que o governo burguesa é o de classe média industrial.

que o governo burguesa é o de classe média industrial.

que o governo burguesa é o de classe média industrial.

que o governo burguesa é o de classe média industrial.



EM, 26 / 10 / 05  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR  
Caxia

## ESTADO DA PARAÍBA

### MEDIDA PROVISÓRIA N° 17 , DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

**Autoriza empresas a se instalar nos Distritos Industriais da Paraíba e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA,**  
no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, § 3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Art. 1º** Empresas sediadas no Estado da Paraíba poderão ser autorizadas a se instalar nos Distritos Industriais, para a exploração de atividades industriais e afins, desde que tais atividades sejam compatíveis com a legislação e a regulamentação aplicáveis quanto ao uso e ocupação do solo e atendam ao interesse coletivo e aos objetivos que levaram à criação dos Distritos Industriais.

**Art. 2º** Fica autorizada a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP a anuir com relação à instalação e ao funcionamento de empresas ou à exploração de atividades não industriais e afins, no âmbito dos Distritos Industriais, com estrita observância do disposto na legislação vigente e, em particular, ao art. 1º desta Medida Provisória.

**Art. 3º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

(1)





**ESTADO DA PARAÍBA**

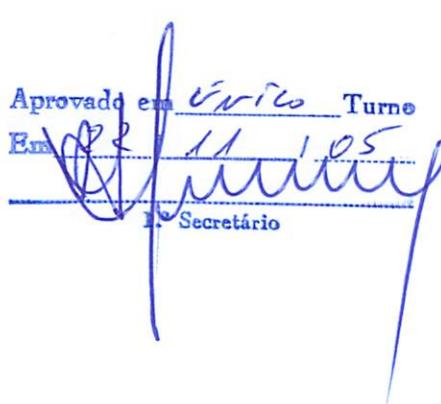


**Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.**

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA  
PARAÍBA, em João Pessoa, 25 de outubro de 2005; 117º da Proclamação  
da República.**

  
**CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Governador

Aprovado em último Turno  
Em 11/10/05  
P. Willy  
I. Secretário





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
MEDIDA PROVISÓRIA N° 17/2005

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 17/2005.**

Autoriza Empresa a se instalar nos Distritos Industriais da Paraíba e adota outras providências.

**AUTOR:** Governador do Estado.

**RELATOR:** Dep. GILVAN FREIRE

**PARECER N°**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer a Medida Provisória n° 17/2005, da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Cássio Cunha Lima que, " Autoriza Empresa a se instalar nos Distritos Industriais da Paraíba".

É o relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

A adoção de Medida Provisória pelos Estados Federados não é vedada por nosso ordenamento jurídico, pois em obediência ao Princípio Federativo e à Supremacia da Constituição Federal, basta que tais medidas oriundas do Poder Executivo Estadual, adequem-se às hipóteses e limites previstos no Art. 63, §3º da Carta Magna Estadual. "in verbis."



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 17/2005

"Art. 63º.....

§ 3º . Em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar Medidas Provisórias, com força na lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa, que estando em recesso será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias."

A Medida Provisória referenciada dá importância a flexibilização, através da anexa Medida Provisória, a fim de, no menor espaço de tempo, serem adotadas ações de ampliação dos negócios e atração de empresas, no âmbito dos Distritos Industriais.

Como Medida Provisória ora encaminhada, fica ainda autorizada a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba - CINEP anuir com relação à instalação e ao funcionamento de empresas ou à exploração de atividade não industriais e afins, no âmbito dos Distritos Industriais, com estrita observância do disposto na legislação vigente.

Nestas condições, opino pela Constitucionalidade da **Medida Provisória nº 17/2005**, na forma original.

É o voto

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 2005.

DEP. GILVAN FREIRE  
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
MEDIDA PROVISÓRIA N° 17/2005

### ***III - PARECER DA COMISSÃO***

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela constitucionalidade da Medida Provisória nº 17/2005.<sup>4</sup>

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 2005.

**DEP. BOSCO CANEIRO JÚNIOR**  
PRESIDENTE

**DEP. GILVAN FREIRE**  
RELATOR

~~DEPARTAMENTO JUNIOR~~  
~~MEMBRO \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_~~

**DEP. VITAL FILHO**

**DEP. FÁBIO NOGUEIRA**  
**MEMBRO**

**DEP. FREI ANASTÁCIO**  
MEMBRO ~~APERTU~~ TENSÃO

**DEP. JOÃO GONÇALVES**  
RELATOR

## Apreciada Pela Comissão

No Dia 09/11/2005